

Passo à frente

A APROVAÇÃO, pelo FMI, do acordo stand by com o Brasil, além de liberar saques estratégicos, significa um esperado sinal verde para a reentrada do país na comunidade financeira internacional. Como disse o empresário Félix de Bulhões ao assumir a presidência da Câmara de Comércio Americana no Brasil, "o país tem condições de atrair anualmente entre US\$ 2 e 3 bilhões em investimentos de risco, para serem aplicados a partir de 1993 caso se consiga a estabilização econômica".

ESTE "porém" é fundamental, e marca os limites do atual acordo. O Brasil não está sendo aplaudido pelo que fez: recebe um crédito limitado pelo que virá a fazer. Não se retire o mérito da equipe econômica, que trabalhou neste sentido; mas o que acontece agora deve ser visto mais como um ponto de partida, numa estrada que não deixa de ser promissora.

COMEÇA a correr, com efeito, o comentário de que "a década de 90 pertence à América Latina"; e há um elemento contagioso nisso. O risco de investir no Brasil, por exemplo, parece agora infinitamente menor que o de correr para a Europa Oriental. Num colosso como a Rússia, o clima é, para dizer o mínimo, tempestuoso; e o capital de risco é volúvel.

SE não queremos adiar para as calendas gregas o nosso processo de desenvolvimento, precisamos candidatar-nos a esse mercado de capitais. A capacidade nacional de poupança caiu virtualmente a zero, num quadro bem diferente do que se verificava nos anos 70.

NOSSOS vizinhos de continente saíram na frente, contribuindo para isso o ajuste que fizeram em suas economias. Nesse

processo, o FMI teve papel importante, de suporte e avalista. O chanceler Domingo Cavallo, por exemplo, pode dizer que o seu plano de ajuste tem forte apoio do FMI para justificar a proposta ousada que está fazendo de renegociação da dívida externa argentina.

O QUE o fundo significa, hoje, depois de sucessivas modificações de enfoque, é nem mais nem menos que o fator de racionalização das trocas cada vez mais rápidas entre as economias do planeta.

O FMI, através da sua presidência, está virtualmente bancando o caso brasileiro. Seus diretores, não sem discussão interna, emitiram um comunicado em que elogiam a política econômica do país e dizem que o atual processo econômico assinala grande mudança face aos esforços anteriores de derrubada da inflação.

ESSA postura é de importância estratégica para a situação do Brasil no mercado de capitais. Como noticiou, ontem, o Panorama Econômico do GLOBO, as multinacionais mudaram substancialmente sua visão do país. Todas estão montando cenários mais otimistas que os dos últimos anos.

NÃO é só o interesse delas que está em jogo. Pergunte-se aos metalúrgicos de São Paulo e Minas se querem ver a partida da Ford, da Volkswagen, da Fiat. Investimento quer dizer emprego. Alguém ignora o que isto significa no Brasil de hoje?

O AVAL do FMI corresponde também a um desafio. Conhecemos a história das passadas cartas de intenções. Se o diretor-gerente Michel Camdessus jogou o peso do seu cargo na discussão sobre o caso brasilei-

ro, é porque, desta vez, espera-se algo diferente.

ESTE é o nó da questão. Somos mestres da improvisação e da mudança de rumos. Um acordo como o de agora implica em política sustentada, e política que tem aspectos impopulares. Significa pelo menos mais um ano de dureza, para que se possa falar em perspectivas alvissareiras a partir de 1993.

NÃO há, entretanto, muitas alternativas: é aceitar o desafio ou mergulhar de cabeça na vertigem da auto-suficiência. Foi a tentativa do bloco soviético, com os resultados que se conhece. Depois, o então presidente Gorbatchov foi, como tantos outros, bater à porta do FMI.

O PASSO que se deu agora é só o primeiro. Há muito trabalho a ser feito. O Governo federal precisa, por exemplo, chegar a um acordo com estados e municípios, obtendo das administrações regionais um compromisso com a política apertada que ele pratica. Precisa arranjar uma solução para o déficit estrutural da Previdência. Precisa realizar, ainda este ano, uma séria reforma fiscal.

ESSAS últimas questões mostram que não há horizontes viáveis se tudo se limitar apenas a um projeto de governo. Tem de ser um projeto da sociedade, do Congresso — o compromisso com o desenvolvimento, que acaba beneficiando a todos.

O ACORDO agora concluído abre a porta para uma série de consequências que tendem a ser positivas. Resta encontrar a persistência e a lucidez necessárias a qualquer projeto bem sucedido — um projeto que não se mede apenas pelos 20 meses contratados com o FMI. Trata-se, afinal, do próprio projeto nacional.